

PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE ALFABETIZAÇÃO NO CENÁRIO PÓS-PANDEMIA DO COVID-19

Livia Crespi¹
Deisi Noro²

RESUMO

O presente estudo busca investigar as percepções docentes sobre a alfabetização no cenário pós-pandêmico, considerando as respostas de trinta e cinco educadores da Serra Gaúcha, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), que lecionam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF). A pesquisa foi conduzida com respaldo de metodologia mista. No aspecto qualitativo, foram coletados fundamentos teóricos em autores que versam sobre a alfabetização e o letramento no contexto escolar, como Soares (2020), Lerner (2002) e Sargiani (2022). Já no aspecto quantitativo, aplicou-se um questionário composto por doze perguntas abertas e fechadas e aplicado através do Google Forms® para estes educadores. Os dados coletados entre os docentes apresentam resultados significativos, entre eles lacunas de aprendizagem em diferentes aspectos do processo de alfabetização dos estudantes, como leitura, interpretação e produção textual, ortografia, formação de palavras e separação silábica. Também foi identificada dificuldade, por parte dos docentes, em lidar com os diferentes níveis de alfabetização em que os alunos se encontram em uma mesma turma. Por fim, a pesquisa destaca que a maioria das escolas onde lecionam esses educadores não proporcionou, até o momento, formações continuadas específicas para suprir as necessidades apontadas pelos educadores. Devido à importância da alfabetização para o exercício pleno da cidadania, urge a necessidade de discutir no meio acadêmico e nos espaços escolares, alternativas pedagógicas que possam auxiliar na reposição de conhecimentos em relação à alfabetização e letramento, a fim de suprir lacunas geradas por diferentes fatores durante a pandemia do Covid-19 e garantir que os estudantes que apresentam baixa proficiência no campo da linguagem e da escrita possam ser atendidos adequadamente nas escolas.

Palavras-chave: Alfabetização, Lacunas de aprendizagem, Docentes, Anos iniciais.

INTRODUÇÃO

A pandemia do Covid-19 teve sua chegada ao Brasil anunciada, porém abrupta, sua intensidade prevista e assustadora, com uma extensão temporal negada e efetivada, revelando a importância das escolas como espaços indispensáveis de socialização e de aprendizagens orientadas. Os dias e meses subsequentes, ao recém-iniciado ano letivo de 2020, trouxeram isolamento e distanciamento social, sendo o ensino remoto instituído de forma emergencial. Aos/Às estudantes que tinham condições de acessar as atividades propostas através de uma internet razoável ou boa, tentaram resolver as atividades propostas e assistir aulas virtuais e, ainda assim, precisaram contar com o apoio de algum familiar adulto e alfabetizado, que nem

¹ Doutora pelo PPG Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS, saianicrespi@gmail.com;

² Doutora pelo PPG Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS, deisi.noro@gmail.com.

sempre estava disponível. Já aos/às estudantes sem acesso à internet ou com conexões lentas, restou aguardar a entrega de atividades didáticas impressas e sem a mediação necessária dos educadores para a consolidação das aprendizagens.

Fundamental destacar que desde antes da pandemia do Covid-19, o Brasil já carregava índices depreciativos na alfabetização. Sargiani (2022, p. 19), afirma que o Governo Federal no ano de 2019 lançou a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, buscando uma abordagem que se distanciasse de “teorias e evidências ultrapassadas pautadas por tradição ou respeito aos teóricos que as formularam” e que se aproximasse de um modelo educacional baseado em evidências científicas sobre a alfabetização. Este foi o fundamento utilizado para estabelecer parâmetros para os programas e as ações do Governo Federal relacionados à alfabetização de crianças no País. A PNA se desdobrou em uma série de ações, dentre as quais destacam-se,

A adoção de um exame internacional de leitura, o Progress in International Reading Literacy Studies (PIRLS), a realização de uma Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe), a produção de um Renabe, um programa de incentivo à literacia familiar (*Conta para mim*) e um programa denominado *Tempo de Aprender*, que inclui diversas ações como formação continuada de professores e distribuição de materiais suplementares de alfabetização, além de valorização dos professores e ao desempenho (SARGIANI, 2022, p. 22).

No *website*³ da PNA é possível encontrar detalhes sobre o programa “Tempo de Aprender”, que foi apresentado como um programa com propósito de melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do País. Para isso, o programa realizou ações que atuaram no sentido de aprimorar a formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; disponibilizar materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos, professores e gestores educacionais; aprimorar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio de atenção individualizada; e valorizar os professores e gestores da alfabetização.

A PNA foi pautada em pesquisas e experiências conduzidas em países como França, Reino Unido e Estados Unidos na década de 1980, que indicavam a preponderância do método fônico para a alfabetização de crianças em detrimento à outros métodos vigentes até então. Cabe ressaltar, que no método fônico de alfabetização, o foco está na conscientização, por parte das crianças da relação entre sons (fonemas) e suas letras impressas correspondentes (grafemas), focando nas habilidades de codificação e decodificação das letras e palavras de forma sistemática.

³ Website: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

A sistemática de alfabetização que prioriza o método fônico tende à receber críticas de estudiosos como Soares (2020) e Lerner (2002), uma vez que atualmente entende-se que ser alfabetizado é muito mais do que saber codificar e decodificar fonemas, é necessário transcender essa prática automatizada e compreender o uso dos mesmos em textos de vida real, a fim de tornar a aprendizagem significativa, partindo da palavra escrita até chegar nos valores sonoros (SOARES, 2016). Ainda em Lerner (2002) relembramos que,

O desafio é formar praticantes da leitura e da escrita, e não apenas sujeitos que possam decifrar o sistema de escrita. É – já o disse – formar leitores que saberão escolher o material escrito adequado para buscar a solução de problemas que devem enfrentar e não alunos capazes apenas de oralizar um texto selecionado por outro. É formar seres humanos críticos, capazes de ler entrelinhas e de assumir uma posição própria frente à mantida, explícita ou implicitamente, pelos autores dos textos com os quais interagem, em vez de persistir em formar indivíduos dependentes da letra do texto e da autoridade dos outros (LERNER, 2002).

Embora essa pareça ser o velho debate entre métodos de alfabetização conhecidos como sintéticos e analíticos, Soares (2020) nos lembra de que para além da priorização de métodos, é necessário buscar soluções efetivas que levem à criança da condição de não alfabetizada para a condição de alfabetizada.

E por mais que defensores do método fônico proposto pela PNA indiquem, a política pública nela pautada, não parece ter rendido frutos positivos para a alfabetização de crianças brasileiras. Isto, porque, de acordo com dados divulgados em meados de 2023 pelo MEC sobre a situação da alfabetização no Brasil, as ações implantadas pela PNA foram insuficientes para aumentar a qualidade da alfabetização brasileira e atender as necessidades educativas dos estudantes em tempos de pandemia, mas também, em decorrência de seus desdobramentos, aumentaram ainda mais o número de crianças incapazes de compreender e produzir pequenos textos, como bilhetes e recados escritos.

É importante destacar que de acordo com o último Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que foi coletado ainda sob efeito da pandemia, o rendimento na etapa de alfabetização foi menor do que em outras fases da Educação Básica, sendo que em 2021, os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental obtiveram 725,5, contra os 750 de 2019. Além disso, o percentual de crianças com dificuldade para ler e escrever passou de 15,5% para 33,8% no mesmo período⁴.

Além disso, entre abril e maio de 2023, o Governo Federal através do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aferiu por meio de uma testagem nacional o nível de alfabetização de crianças que cursam o 2º ano do EF. A

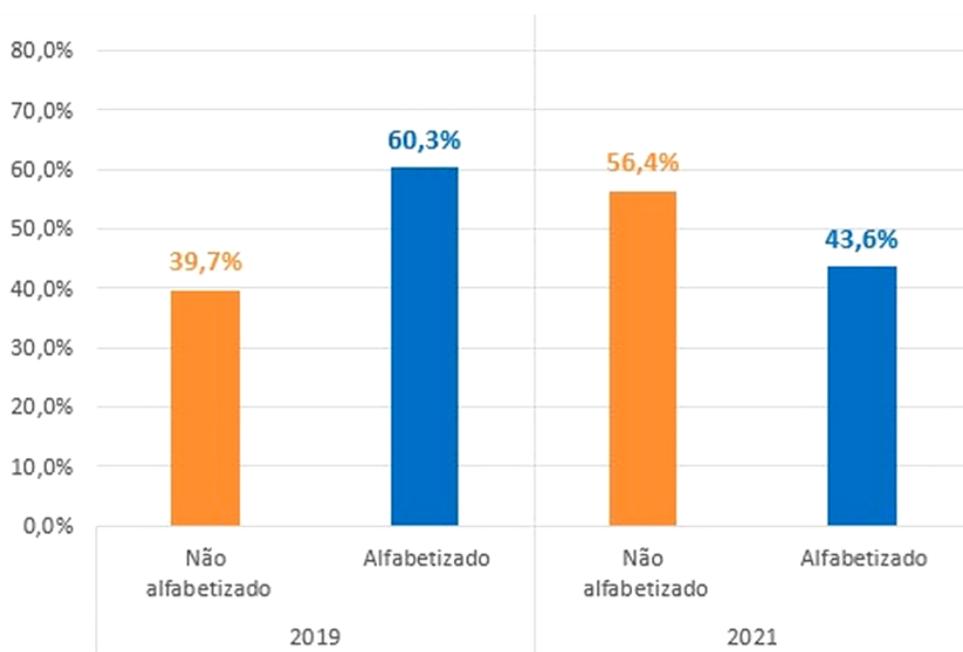
⁴ Dados disponíveis no *website*: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/alfabetiza-brasil-mec-lanca-pesquisa-com-professoras-alfabetizadoras/>. Acesso em 10 de maio de 2023.

testagem faz parte da pesquisa intitulada “Alfabetiza Brasil”, que também ouviu 251 professoras alfabetizadoras em 206 municípios das cinco regiões brasileiras.

Tendo em vista a grande defasagem na aprendizagem e na educação das crianças brasileiras frente os desafios enfrentados com o ensino remoto durante a pandemia do Covid-19, o Ministério da Educação (MEC), em reunião com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) no final do mês de maio deste ano, apresentou dados alarmantes que apontam que somente quatro em dez crianças brasileiras concluíram o 2º ano do EF alfabetizadas, e que para além, quase metade dos estudantes brasileiros não está aprendendo a ler e escrever na idade que deveria.

No gráfico 1 é possível observar a situação descrita e comparar os índices de alfabetização entre os anos de 2019 e 2021. Como se observa houve considerável crescimento no número de crianças não alfabetizadas em relação àquelas alfabetizadas no período destacado.

Gráfico 1 – Panorama da alfabetização de crianças no 2º ano do Ensino Fundamental



Fonte: Reprodução de Inep/Saeb (2023).

Ademais, ressalta-se que em 2021, primeiro ano de participação do Brasil no exame internacional *PIRLS*, que avalia as habilidades de leitura e escrita de crianças de 9 a 10 anos, os 4.941 estudantes de escolas públicas e privadas que responderam ao exame, tiveram rendimento compatível com a 39ª posição em um total de 43 países participantes (INEP, 2023).

Como forma de enfrentamento à mais esta grave estatística, o MEC lançou no início do mês de junho deste ano, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, através do

Decreto 11.556/2023. Este compromisso, revoga a PNA do governo anterior e tem como objetivo central, a implementação de políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental, além da promoção de medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental.

Considerando a situação da alfabetização das crianças brasileiras e buscando compreender as especificidades das dificuldades encontradas entre educadores no Rio Grande do Sul, esta pesquisa contou com a participação de trinta e cinco educadores que lecionam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas da região da Serra Gaúcha.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se constituiu através de uma abordagem mista, fazendo uso de embasamentos teóricos coletados em autores que versam sobre alfabetização no contexto escolar e dados quantitativos, colhidos entre trinta e cinco educadores que lecionam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Serra Gaúcha, no Estado do Rio Grande do Sul. Os dados quantitativos foram levantados entre autores como Soares (2020), Lerner (2002) e Sargiani (2022), buscando observar possíveis aproximações e distanciamentos entre seus postulados sobre a alfabetização de crianças. Por outro lado, o questionário eletrônico enviado aos educadores participantes, foi elaborado e aplicado através do Google Forms®, visando levantar entre os participantes seu entendimento sobre alfabetização e letramento, bem como suas percepções sobre a alfabetização no período pós-pandemia do Covid-19.

Os participantes da pesquisa foram informados sobre o uso dos dados colhidos através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o questionário foi respondido de forma anônima por aqueles que optaram em respondê-lo. O critério escolhido para seleção de participantes para a pesquisa foi serem educadores em atuação em turmas do 1º ao 5º do Ensino Fundamental (EF), podendo ser a regência na rede pública ou privada na Serra Gaúcha/RS.

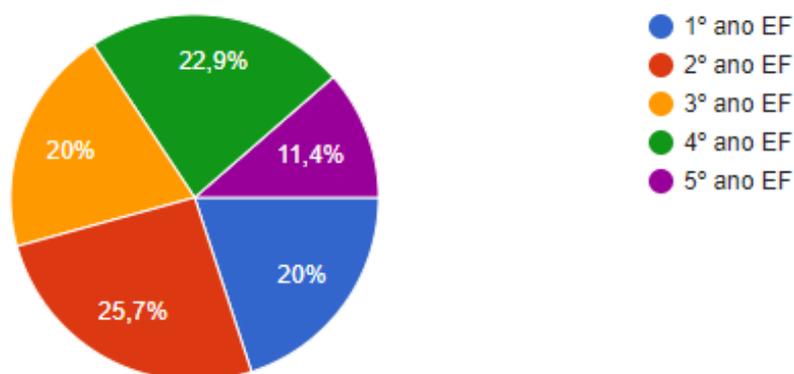
No presente estudo, são apresentadas e discutidas algumas das respostas colhidas entre os participantes, a fim de estabelecer o perfil docente e suas percepções sobre a temática proposta, sendo que quando são apresentadas respostas abertas dos participantes, utilizamos as nomenclaturas D1, D2, D3, D4 e assim por diante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados colhidos entre os trinta e cinco educadores que responderam ao questionário mostra um grupo etário composto por pessoas entre os vinte e três e os cinquenta e seis anos. Destes, trinta e três possuem Ensino Superior Completo e os demais, Ensino Superior Incompleto e Magistério, correspondentemente. A maior parte dos educadores graduados, cursou e concluiu o curso de licenciatura em Pedagogia e alguns informaram ter feito o magistério e cursado outra licenciatura, como Letras, Matemática, Artes Plásticas e História. Entre os graduados, vinte e sete participantes afirmaram possuir curso de especialização na área de Educação, sendo listadas especializações em: Alfabetização e Letramento, Alfabetização e Multiletramento, Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial e Inclusão Escolar, Educação Inclusiva, Gestão Educacional, Informática na Educação, Psicopedagogia, Neuropsicologia e Educação de Jovens e Adultos. Nenhum participante afirmou possuir Mestrado ou Doutorado na área da Educação ou em qualquer outra área correlata.

Dentre os docentes, trinta e uma pessoas informaram lecionar em escolas públicas e quatro em escolas da rede privada. Quanto ao tempo de atuação em turmas de Anos Iniciais do EF, observa-se que este trata-se de um grupo de participantes experiente, visto que, apenas duas pessoas atuam há menos de um ano, enquanto sete pessoas atuam entre um e cinco anos, quinze pessoas atuam entre cinco e dez anos e onze pessoas atuam há mais de dez anos nestas turmas. Especificamente por turma, temos a seguinte organização:

Gráfico 2 – Atuação docente por turma nos Anos Iniciais do EF



Fonte: Dados da pesquisa coletados pelas pesquisadoras (2023).

Quando questionados sobre o que entendem por alfabetização e por letramento, alguns docentes registram respostas que condizem com postulados concretizados na área educacional, como vemos na fala de D1: “São processos distintos, mas complementares. A alfabetização se refere ao período específico de aquisição da leitura e escrita e o letramento está relacionado ao uso social da escrita”, que compreende que apesar de distintos, alfabetização e letramento são indissociáveis e complementares, como nos ensina Soares (2020).

Os participantes D2, D3, D4 e D5 também seguem este raciocínio, ao declararem, respectivamente, que “Alfabetização diz respeito aos códigos da língua escrita. Já o letramento diz respeito ao ato de colocar em prática as aprendizagens adquiridas durante o processo de alfabetização, dando funcionalidade aos códigos aprendidos”; “A alfabetização é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever, já o letramento desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais”; “Alfabetização é o processo de ensino e aprendizagem do nosso sistema alfabético, bem como das questões ortográficas que envolvem a leitura e escrita. Letramento diz respeito à leitura e escrita no uso diário da nossa vida” e “Alfabetização seria a decodificação do nosso sistema de escrita, enquanto que letramento é a utilização desse código no dia a dia”.

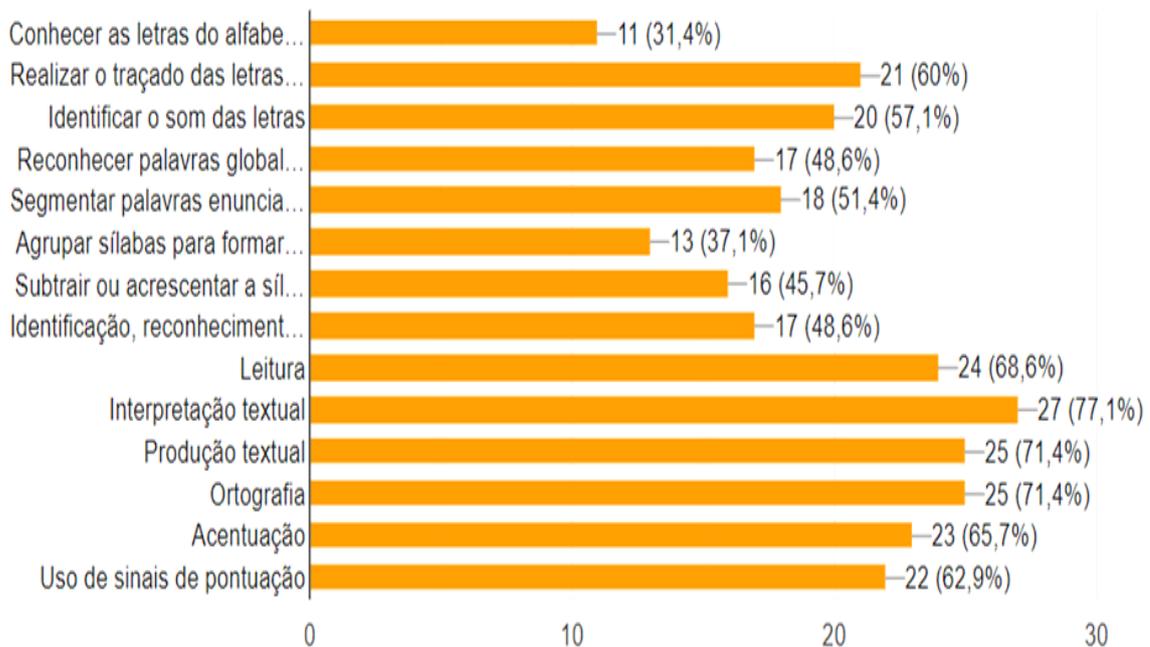
Por outro lado, temos respostas que parecem não ter embasamento em fundamentos teóricos e sim, no senso comum relacionado às práticas de alfabetização e letramento, como podemos observar nas seguintes afirmações: D6 – “Quando a criança já se apropriou de processo de identificação, escrita e leitura de letras, sílabas, palavras e frases”; D7 – “Saber o básico da leitura e da escrita”; D8 – “Processo de aquisição da leitura e da escrita”, D9 – “Aprendizado e conhecimento”; D10 – “Saber ler, escrever e interpretar”, D11 – “Ato de ler e escrever”; D12 – “Alfabetização é a condição de ler e compreender. Letramento é o estímulo, o ambiente de diferentes linguagens em que estamos inseridos”; D13 – “Aquisição da leitura com compreensão e da escrita autônoma”; D14 – “A habilidade de decodificar e compreender leitura e escrita de formação independente” e D15 “O ato de ler, escrever e compreender”.

Buscamos, também, através do questionário, levantar entre os docentes suas percepções sobre o impacto da pandemia nos processos de alfabetização e de letramento dos estudantes e neste sentido, trinta e quatro docentes afirmaram que a pandemia afetou negativamente a alfabetização infantil, sendo que apenas indicou que não houve impacto. Neste sentido, trinta e dois participantes indicaram que existe a necessidade de reposição de aprendizagens em relação à alfabetização e ao letramento entre os estudantes para quem leciona, enquanto dois participantes não observam essa necessidade.

Por outro lado, todos os participantes indicaram dificuldades entre seus estudantes no âmbito da alfabetização, sendo que a dificuldade que mais se destaca é a interpretação textual, seguida pela produção textual, ortografia, leitura, acentuação e uso de sinais de pontuação, como se observa no Gráfico 3 que ilustra as respostas colhidas, sendo que nesta questão os educadores poderiam marcar mais de uma alternativa, a fim de destacar as dificuldades preponderantes entre seus estudantes.

Nesta questão, as dificuldades elencadas foram: conhecer as letras do alfabeto, reconhecendo-as e identificando-as por seus nomes; identificar o som das letras; reconhecer palavras globalmente e identificar partes que as compõem; segmentar palavras enunciadas oralmente ou escritas em sílabas; agrupar sílabas para formar palavras; subtrair ou acrescentar a sílaba inicial de uma palavra para formar novas palavras; identificação, reconhecimento e uso de diferentes gêneros textuais; leitura; interpretação textual; produção textual; ortografia; acentuação e uso de sinais de pontuação.

Gráfico 3 – Dificuldades identificadas entre os estudantes no âmbito da alfabetização



Fonte: Dados da pesquisa coletados pelas pesquisadoras (2023).

Interessante observar que as dificuldades apontadas pela maior parte dos educadores, dizem respeito não ao início do processo de alfabetização, que se inicia formalmente no 1º ano do EF, onde se faz o desenvolvimento da consciência fonética e fonêmica, trabalhando habilidades de reconhecimento de sons e traçados de letras, segmentação e formação de

palavras através de sílabas, muito embora vários tenham indicado dificuldade entre seus estudantes de realizar o traçado adequado das letras e identificar seus sons.

As dificuldades preponderantes centram-se na manipulação, na leitura, na compreensão e na produção do texto, além do domínio da escrita ortográfica e dos sinais de pontuação, que são habilidades trabalhadas inicialmente no 2º ano do EF e aperfeiçoadas no 3º, 4º e 5º anos do EF.

Considerando que os estudantes que estão hoje no EF, estavam na época da pandemia do Covi-19 em ensino remoto, a maioria deles parece não ter desenvolvido as habilidades e competências necessárias para o uso da língua escrita nas turmas em que se encontram no momento. Aqui fica evidente a necessidade de reposições educacionais que venham a suprir as lacunas deixadas pelo ensino remoto, pelo afastamento dos estudantes dos espaços escolares e pela política de alfabetização do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (BRASIL,2019).

Em termos de desafios enfrentados atualmente em aula em decorrência das lacunas de aprendizagem derivadas do ensino remoto ofertado durante a pandemia, os participantes parecem convergir para dificuldades relacionadas ao comportamento dos alunos, como desatenção, desinteresse, falta de autonomia, falta de concentração e imediatismo. Porém também indicam significativas defasagens de aprendizagem e desnivelamentos de conhecimentos em uma mesma turma, como o participante D13 destaca:

Estamos em um processo pós pandêmico, onde as lacunas deixadas estão afetando significativamente a aprendizagem e sua continuidade de forma global. Durante a pandemia, nossos estudantes não tiveram acesso adequado às aprendizagens básicas motoras da Educação Infantil, tão importantes para a aquisição dos conhecimentos e habilidades posteriores. Também percebo uma grande dificuldade em reter informações e aprendizados, mesmo que informações mais simples e básicas. Há dificuldades quanto à leitura formal, reconhecimento de diferentes fontes de letras, interpretação e compreensão do que é lido/ouvido. O raciocínio lógico e matemático foi muito afetado, sendo um desafio trabalhar a quantificação, a relação entre o signo numérico e sua quantidade, a utilização básica dos algoritmos das operações fundamentais. Enfim, realmente percebo dificuldades gerais na aprendizagem dos meus alunos.

Muitas respostas versaram sobre a disparidade entre níveis de alfabetização dos estudantes da mesma turma e essa problemática é pontuada pelo participante D5, ao afirmar que em sua turma de 3º ano há quatro níveis de alfabetização, sendo que “Há muita diferença entre as crianças que já estão alfabéticas e as que não estão. É uma turma numerosa, com vinte e sete estudantes. É um desafio diário dar conta de toda a demanda: pensar em propostas que atendam todos os níveis (planejamento) e no momento da aula auxiliar a todos que precisam”.

Para o participante D22, as dificuldades que existiam anteriormente à pandemia persistem e se aprofundam, como se observa sua resposta “Problemas que já existiam, porém estão intensificados, como a capacidade de assistir uma aula, retrocesso de aprendizagem, turmas com muita diferença no nível de aprendizagem, alunos muito ansiosos, dispersos, nervosos e carentes”.

Neste mesmo sentido, o participante D16 pontua que o maior desafio que enfrenta é algo que, infelizmente, segue sendo corriqueiro em muitas escolas brasileiras, a sobrecarga docente em sala de aula, que como observa-se em sua fala, dificulta e muitas vezes inviabiliza o trabalho pedagógico e a aprendizagem dos estudantes.

O excesso de estudantes e falta de pessoal para auxiliar. Uma professora em turma de quase 30 alunos com várias lacunas de aprendizagem, incluindo estudantes de educação especial, é desumano para qualquer profissional conseguir sanar tantas dificuldades.

Os desafios relacionados à suprir as lacunas de aprendizagem e conseguir ministrar os conteúdos privilegiados relacionados à turma que lecionam, aparecem com frequência nas respostas dos participantes. Aqui destacam-se as falas dos participantes D7, D11, D28 e D33, respectivamente:

“Suprir as lacunas deixadas pela Pandemia e ao mesmo tempo atingir objetivos da série atual”; “Tudo o que está relacionado com alfabetização e letramento. Os estudantes vieram sem noções básicas tanto de linguagem quanto de Matemática”; “Trabalhar com alunos em níveis muito diferentes. Alunos ainda não alfabetizados, inclusão, alunos com lacunas graves na aprendizagem. Não conseguimos ser somente do ano que estamos, temos q dar conta de a os anteriores deixando alunos bons prejudicados e nosso trabalho fracassado”; “Trabalhar os conteúdos do nível da turma, pois devido a defasagem na leitura e escrita, os estudantes não conseguem evoluir e como tenho que cumprir, pelo menos minimamente os conteúdos, fica complicado”.

A penúltima questão da pesquisa indagou aos participantes se a equipe gestora onde lecionam realizou levantamentos entre os docentes responsáveis pelo ciclo de alfabetização sobre suas dúvidas, interesses e necessidades no que diz respeito à alfabetização e ao letramento. Nesta pergunta obtivemos vinte e quatro respostas afirmativas e onze negativas, indicando que por se tratar de uma necessidade tão pungente, a temática deveria estar sendo tratada entre docentes e equipe de forma a buscar alternativas que auxiliem tanto os docentes quanto os estudantes na superação das lacunas identificadas.

Por fim, indagou-se aos participantes se até o momento tiveram acesso a cursos, oficinas, palestras ou outras experiências formativas sobre os desafios e potencialidades da alfabetização no período pós-pandemia e a maioria (vinte participantes) respondeu negativamente. Devido à baixa participação dos educadores em momentos formativos sobre a temática e considerando, o novo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL,

2023), faz-se necessária a elaboração de propostas formativas que auxiliem os docentes brasileiros a conhecer novas estratégias de alfabetização e elaborar novas oportunidades educativas que auxiliem os estudantes a se alfabetizarem no tempo certo e a recompor as aprendizagens perdidas durante o período da pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lacunas de aprendizagem, independente do período em que se estabeleçam, traçam um percurso complexo que reflete bravamente na autoestima da criança. As dificuldades, quando não sanadas, interferem na adolescência e também na vida adulta.

Dentre as dificuldades apontadas pelos/as docentes na pesquisa, encontramos mais da metade dos/as estudantes que não atingiram: o traçado das letras, a identificação do som das letras, a identificação das partes que as compõem; segmentação de palavras enunciadas oralmente ou escritas em sílabas, leitura, interpretação textual, produção textual, ortografia, acentuação e uso de sinais de pontuação.

A ausência de formações continuadas voltadas aos apontamentos dos docentes, na maioria das escolas participantes, deixa dúvidas sobre a importância dada pelas mantenedoras ao processo de alfabetização, uma vez que ao identificar as dificuldades e acompanhar o processo de aprendizagem evita que o ciclo progressivo seja comprometido.

O investimento financeiro por parte do poder público pode minimizar problemas futuros, desde que sigam uma linha teórica plausível e em conformidade com a geração que se encontra nesta etapa da educação básica. Quanto mais cedo as lacunas são detectadas e sanadas menos abalam a autoestima, menos tempo e investimento demandarão dos/as estudantes, pais/mães e docentes.

A linguagem é a base para o desenvolvimento e a aprendizagem. A linguagem e a fala constituem base linguística indispensável para que as habilidades de leitura e escrita se estabeleçam. As habilidades de linguagem receptiva e expressiva são consideradas essenciais na compreensão da leitura. Pesquisas mostram que crianças com desenvolvimento abaixo do esperado na alfabetização apresentam um desempenho insatisfatório em compreensão da linguagem, produção sintática e tarefas metafonológicas. (ROTTA, 2018).

Uma parte destas lacunas pode ser evitadas com a oferta de uma educação infantil estimuladora e, para além disto, um início do ensino fundamental com muitas brincadeiras que possibilitem o desenvolvimento das potencialidades necessárias ao processo de alfabetização.

Os dados que medem o conhecimento em leitura e escrita já eram alarmantes (até 2019) e ficaram ainda piores (em 2021), o que direciona, paralelamente à formação docente, ao atendimento

complementar ao/à estudante, em especial aos que não dispõem do acompanhamento de um familiar para as atividades de casa, tornando a alfabetização menos desigual entre os estudantes do ensino fundamental. O processo de alfabetização precisa ser contemplado entre todas as comunidades, de forma equitativa.

O conceito de educação equitativa se encaixa perfeitamente nos casos de lacunas de aprendizagem, uma vez que a formação docente precisa ser focada numa identificação rápida das dificuldades, bem como na celeridade em traçar um plano personalizado de atendimento efetivo, proporcionando a cada um/a o que precisa para, no menor tempo, possibilitar aos/às estudantes o acompanhamento das aulas, em tempo real.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-489126833>. Acesso em: 14 jun 2023.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: O real e o necessário.** Porto Alegre: ArtMed. 2002.

ROTTA, N. **Plasticidade cerebral e aprendizagem:** abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: ArtMed, 2018. 336 p.

SARGIANI, R. Alfabetização baseada em evidências: da ciência à sala de aula. Porto Alegre: Penso. 2022. 288 p.

SOARES, Magda. **Alfaletrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.